

A DUPLA FACE DO ESTADO NOVO NA PARAÍBA: O ARGEMIRISMO E O RUYSMO (1937-1945)

**Jean Patrício da Silva
UNIPE/UFPB/PPGH**

Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, Aluno especial do Mestrado em História.

O presente artigo tem por objetivo principal identificar as ações do período do Estado Novo na Paraíba, em especial, o período das Interventorias de Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro, entre 1937 a 1945. Desse modo, no âmbito do movimento denominado Estado Novo buscar-se-á analisar neste contexto como os interventores conseguiram criar e consolidar a sua liderança política. Neste sentido, objetiva-se contribuir com a historiografia local citando as relações de poder originária dentro do aparelho estatal em consonância com as linhas programáticas de ação das Interventorias qual sejam os programas de fomento a agricultura e assistencialismo que contribuíram para o surgimento e fortalecimento de lideranças distintas no estado da Paraíba.

Palavras chaves:

Assistencialismo, Estado Novo, Interventorias

O tema proposto tem por objetivo analisar apartir de discussões metodológicas e teóricas o populismo vivenciado no Brasil, e em particular na Paraíba nos anos de 1940, como também, a construção de duas das mais longas e sólidas carreiras políticas do nosso estado no século XX, Utilizando-se por base a história política e o populismo como pilar de sustentação para esta descrição e análise. Já há alguns anos que a história política, anteriormente tão rejeitada e criticada, sobretudo nas colocações da Escola dos *Annales* e ao Marxismo, que a acusaram de ser factual, narrativa, vinculada à escola metódica, centrada nos grandes homens e voltada para os interesses sociais do Estado, tem mudado o seu perfil.

A história política pode ser compreendida como um redimensionamento do estudo em torno do poder leia-se poder político, relacionado com a renovação dos temas e das abordagens da disciplina histórica, renovação esta, que está atrelada ao Movimento dos *Annales*, que surge com a Revista *d'Histoire Économique et Soliale*, sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, em 1929. A partir deste momento, os historiadores passam a revisitar temas considerados tradicionais, sob novos olhares e perspectivas, se contrapondo a História Metódica, “dita positivista”, que vigorava na produção histórica até então.

No entanto, os estudos em torno da política, durante a Primeira e Segunda gerações não foram predominantes, uma vez que a ênfase especial dos estudos destas gerações se dava em torno do social e do econômico. É com a 3ª Geração que a História Política assume novamente um lugar de evidência na produção historiográfica, se propondo a dialogar agora, com outras

áreas das ciências sociais, como a Sociologia e a Antropologia. Além disto, toma cada vez mais corpo, neste campo do saber, a relação entre a história política e história cultural, uma vez que as discussões culturalistas passam a abarcar as práticas, representações, discursos, símbolos, além do corpo, das identidades, das emoções, dentre diversos outros temas.

Não podemos nos furtar neste trabalho de inserir as discussões sobre um tema que vem sofrendo uma revisão historiográfica desde os fins do século XX e início deste século qual seja o populismo. Enquanto tema de estudo da história sofreu um serio processo de redefinição, sendo deslocado de análises que enfatizavam a relação de dominação do Estado sobre a massa, passando agora, a envolver nas discussões das práticas de poder dos governos “populistas”, elencando os elementos que compõem a legitimação destes poderes, utilizando para isto o imaginário social e as representações que envolvem este processo.

O próprio termo populismo passou por redefinições, as quais, na análise de Jorge Ferreira, são relocadas de acordo com pressupostos teóricos e sociais de cada período, recebendo desta forma significações diferentes, ou seja, na concepção do autor o termo populismo é utilizado para designar determinadas práticas de poder na década de 50 e 60 do século XX, sob uma perspectiva maquiavelística, nas palavras do autor, utilizado para referenciar políticos demagogos, que alienam a população com sua retórica e seus mecanismos ideológicos. Durante as décadas seguintes o termo passa, de acordo com novos pressupostos teóricos, a ser significado de diferentes formas, e referindo-se a outras práticas de poder, chegando até mesmo, a um vazio de sentido, quando empregado de forma totalmente aleatória para representar qualquer tipo de prática, neste sentido devemos elencar quais grupos devem servi de dialogo entre governo e classe trabalhadora.

Na Paraíba o populismo deve ser visto com bastantes ressalvas, posto que não podemos afirmar que na década de 1940 ou 1950 tínhamos um grupo de trabalhadores ou sindicatos fortes; Aqui o movimento ora descrito tem que ser compreendido consoante às transformações ocorridas no âmbito da sociedade, particularmente na migração do homem do campo para as cidades. E sobre essa população que migrara para os centros urbanos, constituindo-se aí as massas populares, que incidira a política populista, e não, sobre um proletariado urbano criado por força de um processo de industrialização

Metodologicamente para a elaboração deste artigo utilizamos à pesquisa documental, mais precisamente, os textos publicados nos periódicos da Paraíba, entre os anos de 1940 e 1945. Em relação às fontes documentais utilizadas em especial os jornais, algumas considerações devem permear este estudo. Como fonte, o jornal era pouco utilizado até meados da década de 1960 como objeto de conhecimento da história do Brasil. A historiografia referente à introdução e difusão da imprensa já contava com bibliografia significativa. Com estas colocações podemos observar que neste período temos uma história da imprensa, e não uma história por meio dela, com o passar das décadas o jornal retorna como fonte primordial para o trabalho de pesquisa dos

operadores da história. Como exemplo pode-se citar: o Jornal A União, órgão oficial do Governo; o jornal o Norte ligado a grupos particulares e o jornal a Imprensa ligado a Igreja Católica, cujas coleções podem ser encontradas no Arquivo do Estado, Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP e Cúria Metropolitana. Pela regularidade de sua publicação e por se constituir o periódico oficial da interventoria, o jornal A União foi consultado largamente, não só no período anterior a administração de Ruy Carneiro (1940-1945), mas também, antes e depois da presença de Ruy como interventor da Paraíba. Sendo assim, pela grande quantidade de reportagens e artigos, optou-se pelo trabalho de amostragem, para fixar algumas categorias norteadoras: saúde, economia, parte oficial e assuntos diversos da interventoria.

Já a pesquisa no Jornal A Imprensa ficou restrita a questões pontuais, sem que se pudesse debruçar com a mesma intensidade adotada junto ao jornal A União, visto que o jornal teve suas atividades suspensas em 1942, só retornando em 1946. Como fontes primárias destacam-se a documentação oficial, vinculadas a interventoria e constituídas pelos relatórios, Decretos, Anuários Estatísticos e alguns documentos manuscritos produzidos pelo gabinete da interventoria. Destes citados, os relatórios e documentos manuscritos referente à burocracia governamental (nomeações, exonerações, pedidos diversos, anteprojeto de leis) encontram-se no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba. Não podemos deixar de citar que vários documentos existentes referente à interventoria encontram-se em arquivos particulares, onde foram amplamente pesquisados, como os de Tânia Carneiro Barbosa e Waldir dos Santos Lima, como legislações atinentes a administração, cópias de nomeações e pedidos diversos.

Neste ínterim, as revistas de circulação em âmbito estadual Ilustração e Manaíra, ambas fundadas na década de 30, perpassam a década de 40 com notável regularidade, destacando-se pela qualidade e quantidade de informações. (fontes secundárias).

Toda essa documentação foi utilizada largamente em conjunto com os jornais, de modo a perfazer um cruzamento de dados e responder questões que, ao longo da pesquisa, necessitaram de confirmação, sendo utilizadas na perspectiva de trazer a tona assuntos não mencionados pelos jornais.

No que concerne à década de trinta na Paraíba, teremos após o movimento revolucionário de 1930, um processo de centralização administrativa, com um grande fortalecimento do estado contra a sociedade. Esta análise da década de 30 no contexto nacional e regional e de suma importância visto que a década de 30 é visto como um período de profundas transformações no seio das relações de poder no estado da Paraíba. Esta reorientação político administrativa terá o seu auge nos governos de Antenor Navarro (1930-1932), Gratuliano de Brito (1932-1934) e José Mariz (1935).

O objeto de nosso estudo perpassa o período intitulado “Estado Novo”, observando neste contexto a ascensão de duas lideranças distintas, tanto no campo político, quanto administrativo,

quanto pessoal, que ao lado de José Américo de Almeida, influenciaram a política paraibana por mais de trinta anos.

Importante ressaltar, que Argemiro de Figueiredo já tinha, antes da Revolução de 1930, atuação política, sendo filho de perrepistas de forte atuação na cidade Campina Grande, até então com forte influência de seus distritos. Deputado Estadual em 1929, pelo partido democrático, logo sua liderança emergiu nestes tumultuados dias de 1930.

Convocado por Gratuliano de Brito para integrar a sua equipe de governo, Argemiro de Figueiredo logo se tornou peça chave do governo e do partido progressista a época situacionista. Diante de impasse dentro das hostes americistas, seu nome surge como consenso, entre os postulantes Gratuliano de Brito e Virgínio Veloso Borges.



Foto nº 1: Argemiro de Figueiredo assina o termo de posse como Governador do Estado da Paraíba (1935)

Com sua posse pode-se observar um novo momento político, levando o governo da Paraíba a uma polarização e inovação no comando dos destinos da administração estadual. O fortalecimento do estado continua, mas o caráter centralizador e urbano de seus antecessores e quebrado por uma descentralização administrativa, expansão da máquina pública, com alto endividamento estatal, e, no campo político verdadeira contra – revolução. Os grupos inter-oligarquicos aliados do poder no pós – 30 retornam com grande força. A base de seu governo é formada por antigos perrepistas (grandes e médios proprietários de terras), potentados do algodão em Campina Grande, e Igreja Católica. De caráter repressivo, seu governo reprimiu com toda violência qualquer tipo de manifestação comunista como também programou as medidas cabíveis para a consolidação do “Estado Novo” em terras Paraibanas.

Em 1937, assumiu o cargo de Interventor Federal, realizando para muitos historiadores no campo administrativo, uma das melhores administrações da história da Paraíba, responsável por

eficiente modelo econômico e político – administrativo, de modernização conservadora e autoritário corporativo

Como afirmado anteriormente, seu governo do ponto de vista econômico passou a impulsionar a agricultura, com campos de demonstração espalhados por todos os recantos do estado, como também programou um conjunto de obras públicas jamais visto até então. Com recursos advindos do algodão e de alto endividamento público. A capital se beneficiou, sendo concluído neste período o Lyceu Paraibano, e a Avenida Getulio Vargas a época denominada de park Way.

Mas, no início da década de 1940, este direcionamento será mais uma vez modificado, visto que diante de uma disputa de duas forças políticas, o presidente Vargas diante desse impasse resolve nomear um “tertius” alheio aos grupos em disputa. Neste momento Ruy Carneiro surge como “pacificador” que estava praticamente há dez anos fora do estado, e em tese, alheio as disputas que se processavam nos meandros do Poder.

Sua posse inicia novos tempos na administração do estado voltando à centralização de Antenor e Gratuliano, mas com bastantes ressalvas. Já tendo José Américo de Almeida recolhido ao Tribunal de Contas da União, período de contenção proveniente do esforço de guerra e alto endividamento do Estado O governante não teve condições financeiras de levar adiante o fortalecimento estatal tão bem conduzido por seus antecessores, este refluxo estatizante e uma das marcas desta administração que pela própria personalidade, e prioridades do novo interventor se consolidou ao longo da década de 1940 até sua saída em 1945. Montou um secretariado composto por pessoas praticamente desconhecidas no estado, mas para o importante cargo de secretário de Interior, com status de vice – governador nomeou Borja Peregrino, ex-chefe de polícia, ex-prefeito da capital, que até meados de 1941, implantou forte repressão e, administrativamente se reservou a questões pontuais, mas já com um acentuado caráter “assistencialista” com grandes pendores populistas. Com a chegada de Samuel Duarte em 1941, o governo ganha visibilidade, não obstante o caráter de contenção financeira - administrativa continua até meados de 1945.

Homem de Jornal, ligado ao semanário “Correio da Manhã” de propriedade de familiares, revolucionário em 1930, ligado ao grupo de Anthenor Navarro. Com a vitória do movimento de 1930 não foi difícil ao “revolucionário” chegar ao poder. Nomeado auxiliar de gabinete do Ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, Ruy Carneiro se tornou imediatamente o “embaixador dos paraibanos” na capital federal. Neste contexto, a assistência social ainda não se encontrava institucionalizada, o que só ocorreria durante o Estado Novo. Em 1932 José Américo sofre grave acidente de avião ficando gravemente ferido, então Ruy Carneiro passa a despachar pessoalmente com o presidente Vargas aumentando ainda mais o seu círculo de amigos. Em 1934 eleger-se primeiro suplente de deputado federal, assumindo a vaga com a morte do titular

Isidro Gomes. Com o golpe de 1937 e o conseqüente fechamento do congresso nacional, inicia suas atividades no banco do Brasil sendo assessor do presidente José Marques dos Reis.

O seu governo marca um reordenamento nas relações de poder. Com o material coletado observou-se que a repressão no período compreendido (1940-1945) se da em três níveis: Aos correligionários, e ao próprio Ex-Interventor Argemiro de Figueiredo; a Igreja Católica e aos estrangeiros, notadamente os de origem de países que representavam o eixo na época da Guerra (italianos e alemães)

Durante a interventoria Ruy Carneiro, os proprietários rurais, ligados à cultura do açúcar e do algodão ficaram a margem das decisões do poder. De características mais urbanas, Ruy Carneiro empreendeu ampla perseguição política aos antigos homens do poder local, levando ao próprio Argemiro de Figueiredo a sofrer por parte do governo ato de censura em virtude de discurso que viria a proferir na formatura das alunas da escola normal de Campina Grande em 1940.

Com a Igreja Católica, o Interventor assumiu posicionamento contrario do seu antecessor. Com grande influencia na sociedade, e ampla rede assistencialista coordenado pelo Monsenhor José Coutinho (Padre Zé), Ruy Carneiro empreendeu forte resistência a Diocese Paraibana ocasionando o distanciamento do Clero com o governo.

Entre os eventos deste “rompimento” podemos destacar o fechamento do semanário “a Imprensa” órgão de divulgação da Diocese paraibana, ocorrido em março de 1942. O motivo teria sido reportagem onde a Igreja pede providências para recuperação de um colégio na cidade de Catole do Rocha. Ascendino Leite então diretor do Jornal oficial “a UNIÃO”, e ex-colaborador do jornal “a Imprensa” diante do fato ocorrido, foi ao Interventor questionar o que havia ocorrido, o mesmo fez um resumo dos fatos e mostrou uma nota que ia ser publicada no jornal, nota esta que não foi publicada em virtude do pedido que foi feito ao Interventor.



Foto nº 2 Cel Elias Sobreira, Ruy Carneiro, Padre Zé e Ozias Gomes diante do instituto São José (1940).

Este depoimento demonstra o alto grau de acirramento que existia entre governo e clero e que chegou ao ápice com a prisão do Padre Zé Coutinho em 1942, com a desculpa de ser espião nazista, e problemas na documentação do instituto Padre-Zé localizado nas dependências da Igreja do Carmo. Na realidade Padre-Zé tinha uma ampla rede assistencial que rivalizava fortemente com os ímpetus assistencialistas do governo Ruy Carneiro. Por ultimo destacamos a perseguição empreendida aos estrangeiros com ampla colaboração do Exército e da seccional do DOPS (departamento de ordem política e social) na Paraíba comandado pelo chefe de policia Manoel Moraes. O alvo principal eram as fabricas e o comercio de origens alemãs e italianas, como a ERFM (industria reunidas Francisco Matarazzo) localizado em João Pessoa, as têxteis pertencentes a família Lundgrem em Rio Tinto e lojas pertencentes a família Zaccara entre outros.

O seu governo marca um reordenamento nas relações de poder. Com o material coletado observou-se que o eixo político e econômico sofre notória reorientação: Antes tínhamos o governo ligado a Igreja católica, aos grandes proprietários de terras e de feição mais rural, com o desenvolvimento a época de campos de experimentação e de cultivo de inúmeras culturas a exemplo do algodão. Em relação ao governo Ruy Carneiro, a Igreja e substituída pelo exercito, os grandes proprietários de terras pelos pequenos e médios comerciantes, e feição mais urbana.

Administrativamente o governo passou a adotar medidas visando a uma racionalização e contenção dos gastos públicos, em decorrência da situação econômica em que se encontrava o Estado. Neste sentido inicia-se uma reforma burocrática administrativa que redirecionou a

máquina estatal. O primeiro passo foi à publicação do decreto nº.140 de 30/12/1940 que substituiu o antigo sistema de pessoal criando um quadro único de servidores do estado.



Foto nº 3 Interventor Ruy Carneiro e Presidente Getulio Vargas (1943)

Formalmente, o estilo do novo Interventor era bem diferente dos seus antecessores porque Ruy Carneiro não só ampliava as audiências públicas, recebendo sempre as quintas feiras as pessoas em palácio, como também, comparecia pessoalmente a repartições, bailes e clubes recreativos e serenatas. O natal de 1940 foi intitulado “o natal dos pobres” organizado pelo governo tendo a frente sua esposa Alice Carneiro.

Na Paraíba, a implantação de tal política de nítido caráter assistencialista neste momento de estagnação da máquina administrativa deve-se primordialmente a união de dois fatores: institucionalização da assistência social, com a instalação do núcleo estadual da legião brasileira de assistência (LBA) ligada diretamente ao Palácio do governo, (estes núcleos estavam instalados principalmente nas cidades de João Pessoa e Santa Rita, sendo comandado pela primeira dama Alice Carneiro) A legião brasileira de assistência teve papel preponderante na construção da imagem do Interventor como o “pai da pobreza” as ações estavam direcionadas ao atendimento das classes menos favorecidas. Neste momento vale destacar a influência de Alice Carneiro, fundadora e presidente do núcleo da LBA por vários anos.

Para exemplificar tal assertiva, Ao completar o ano de 1941, o primeiro ano de governo o interventor contabilizava realizações nas áreas sociais, nos orfanatos Dom Ulrico, abrigo de

menores, Asilo de Mendicidade, leprosário Eunice Weaver, todos localizados entre João Pessoa e santa Rita. Outro fator de grande vulto no período 1940-1945 foi à expansão dos serviços de saúde com a instalação dos chamados “lactários” e construção de inúmeros hospitais pelo interior do estado. E deste período a maternidade “Cândida Vargas” inaugurada em 1945, e o complexo “Arlinda Marques”, construído em parceria com a LBA. Neste ínterim, quem mais se beneficiou pela expansão dos serviços de saúde, além do próprio Ruy Carneiro, foi o seu irmão, Jandhuy Carneiro, que logo após o término do mandato de seu irmão se reelegeu deputado federal por diversas legislaturas até o seu desaparecimento em 1975.

Com base nos resultados obtidos pela pesquisa, conclui-se que o desenvolvimento do Estado Novo na Paraíba foi baseado nas premissas de um Estado forte, levando a um redirecionamento estatal tendo influencia em vários setores da sociedade. Em relação ao ex-Interventor Argemiro de Figueiredo, o mesmo ao lado de José Américo seu ex-adversario organizou a UDN (União Democrática Nacional) em solo paraibano. Argemiro levou para dentro do partido toda a maquina coronelística implantada durante a sua administração. Após um período de derrotas, foi eleito senador em 1954 com ampla votação derrotando Assis Chateaubriand. Em 1958, disputas internas dentro da do partido UDN, levaram ao seu desligamento, filiando-se após as eleições de 1958 ao PTB (partido trabalhista brasileiro), detacando-se neste período a sua aproximação com Ruy Carneiro, antigo inimigo e agora aliado incontestado na campanha senatorial. Com a vitória do aliado, assume a liderança do PTB no senado, sendo reeleito em 1962 por pequena margem de votos em relação ao seu principal adversário Aluisio Afonso Campos.

Este elemento deve-se pela própria situação em que construiu a sua liderança, ou seja, baseado nos municípios de forte tradição rural, em detrimento das cidades de grande e médio porte, como João Pessoa e Campina Grande, cidade em que sempre tinha boa votação nos distritos, mas sempre tendo pequena votação na parte urbana da cidade.

Outro fator e a inserção da política populista na Paraíba, com a implantação dos órgãos de assistência social no Estado. O êxito destas políticas foi sem duvida, o alicerce para a construção da liderança do político Ruy Carneiro, que com a redemocratização em 1945, tornou-se fundador e líder absoluto da legenda do PSD (partido social democrático) na Paraíba, partido este que o levou a reeleições ao senado federal, sendo que anos depois, disputou ao lado de Argemiro de Figueiredo eleição para o governo estadual contra João Agripino, sendo derrotado por pequena diferença, resultado este ate hoje contestado por amigos e correligionários.

Após a extinção dos partidos políticos e a instituição do bipartidarismo ambos tornaram – se grandes lideranças dentro do MDB (movimento democrático brasileiro), sendo que Argemiro de Figueiredo completou seu mandato em 1970, não conseguindo a reeleição, já Ruy Carneiro manteve- se no cargo ate seu desaparecimento em 1977.

